

O lugar de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional

Jose Alejandro Sebastian Barrios Díaz¹

Resumo: Um dos aspectos mais fundamentais da política internacional do século XXI é o processo de renovação e reconstrução da arquitetura da governança global, sobretudo com a re-emergência de países em desenvolvimento nos anos 1990 e início do século. Várias formas de intercâmbio entre países em desenvolvimento têm sido classificadas de CSS mas não há, contudo, visão consensual sobre a forma de operacionalizar a cooperação Sul-Sul. Pode-se dizer que, no caso do Brasil, predomina a CSS com caráter de cooperação técnica com foco no desenvolvimento de capacidades. O artigo tem por objetivo examinar o lugar de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional entre 2005-2020. A pergunta que orienta a análise é: qual é o espaço de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional?

Palavras-chave: Moçambique; Política Exterior do Brasil; Cooperação Internacional.

Mozambique in Brazilian Cooperation for International Development

Abstract: One of the most fundamental aspects of international politics in the 21st century is the process of renewing and rebuilding the architecture of global governance, especially with the re-emergence of developing countries in the 1990s and the beginning of the century. Multiple forms of exchange between developing countries have been classified as South-South Cooperation (SSC). There is, however, no consensus on how to operationalize South-South Cooperation. It can be said that, in Brazilian SSC predominates a technical cooperation focused on human and institutional capacity building. The article aims to examine the role of Mozambique in Brazilian cooperation for international development between 2005-2020. The question that guides the analysis is: what is Mozambique's role in Brazilian cooperation for international development?

Keywords: Mozambique; Brazilian Foreign Policy; Development Cooperation.

Introdução

A disciplina de Relações Internacionais se converteu, após a Segunda Guerra Mundial, em conhecimento capaz de mover governos, sociedade civil, organismos internacionais, bancos de desenvolvimento, empresas e fundações filantrópicas em torno da ideia de cooperação e solidariedade. Esse processo produziu, sobretudo desde a segunda metade do século XX, novas

¹Doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Professor visitante na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Realiza estudos pós-doutorais no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia. Foi professor no X Curso de Especialização em Direito Sanitário realizado pelo Programa de Direito Sanitário da Fiocruz Brasília. Foi professor e membro do Núcleo Docente Estruturante da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Ensino Superior de Brasília. Foi pesquisador na Diretoria de Estudos e Relações Econômicas e Política Internacional do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, na qual integrou a pesquisa "Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional" (2018-2022). Foi consultor do Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2013 e 2018 e realizou estágio doutoral no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2016-2017).

plataformas para o relacionamento entre atores, evidenciando o potencial transformador da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

No entanto, a visão amplamente difundida que supõe a cooperação internacional como algo essencialmente solidária e para o bem, deve ser questionada. Assim, de acordo com Keohane (1984), a cooperação internacional não resulta ou implica harmonia, entendida como total identidade de interesses porque, efetivamente, a cooperação ocorre em situações em que há uma combinação de interesse conflitivos e complementares, no contexto de relações de poder desiguais. Logo, ela não é necessariamente boa desde um ponto de vista moral, econômico ou político (FINCKENSTEIN, 2021).

Com efeito, a cooperação internacional nunca é incondicional, pois é francamente calculada em vantagem própria daqueles que a oferecem. Nesse sentido, são muitos os motivos que levam os Estados a cooperar: construir alianças geoestratégicas, abrir mercados e aceder recursos estrangeiros, obter boa imagem internacional, melhorar a governança, distribuir recursos com países menos desenvolvidos etc (MILNER, 1992). Daí decorre que a cooperação é um fenômeno que não acontece isolado no sistema internacional, por estar atrelada aos processos mais amplos de estruturação da ordem mundial, atravessada por relações de poder, tornando-se, portanto, instrumento central da atuação de Estados no mundo contemporâneo. Vale referir que, atualmente, as políticas de cooperação para o desenvolvimento convivem em um sistema internacional conformado pela competição entre grandes potências e seus desdobramentos e tensões geopolíticos com alcance global (NATSIOS, 2020).

Embora muitos países e instituições cooperem, não há definição única de cooperação internacional e, em função das múltiplas experiências e trajetórias dos governos, cabe registrar que a CID não constitui regime internacional (MILANI, 2018). Ao contrário, trata-se de fenômeno que emerge de histórico imperfeito e fragmentado de agendas, instrumentos, declarações, intenções e recursos. No entanto, a cooperação para o desenvolvimento é um dos instrumentos que mais tem canalizado esforços técnicos e gerado grande quantidade de metodologias, posições, documentos e extensa literatura acadêmica para guiar a ação dos governos e demais atores (RIDDEL, 2009).

Nesse panorama, toda definição de cooperação internacional requer um entendimento sobre o desenvolvimento e suas prioridades. Além disso, por um lado, a concepção de interesse do Estado e os objetivos de política exterior devem ser considerados. Por outro, o capitalismo fez da cooperação internacional um instrumento dependente de estratégias econômicas. Por sua vez, o desenvolvimento é um conceito polissêmico, carregado de uma pluralidade de significados. Sobre esse termo, que tem sido glorificado e demonizado, a despeito do fato de

existirem diversas acepções e possibilidades de leituras, a noção de desenvolvimento tem sido reduzida a meras estatísticas ou elevada a um paraíso a ser conquistado (RIST, 2008).

A concepção mais aceita de cooperação tem sido a narrativa hegemônica da CID que evoluiu da sua primeira forma institucional, conhecida como Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD), de orientação Norte-Sul, criada no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico na década de 1960, em plena Guerra Fria (KENNY, 2020). Durante a Guerra Fria a AOD alinhou-se às políticas exteriores dos países doadores, os países desenvolvidos e membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, estimulando protagonismo bilateral da cooperação, com vistas a atender interesses tanto dos doadores quanto dos receptores (aqueles que, no formato tradicional da ajuda, a recebem). Ao longo dessa história, um dos principais objetivos da CID tem sido a promoção dos interesses econômicos e políticos dos chamados doadores tradicionais – os países desenvolvidos do Norte Global.

Cabe referir que o universo mais amplo da CID, contudo, remete a outras formas de cooperar e é composto, igualmente, por narrativas contra hegemônicas, sobretudo no âmbito da cooperação Sul-Sul (CSS), entendida como o universo de relações entre os países do Sul Global, isto é, os países em desenvolvimento, como o Brasil. Sua construção remonta à famosa Conferência Afro-Asiática de 1955, realizada em Bandung. Para Acharya (2016), a Conferência de Bandung lançou as bases políticas, econômicas, culturais e legais para o chamado projeto do Terceiro Mundo. Do ponto de vista do contexto internacional em 1955, a maior parte dos países da Ásia haviam alcançado a independência, mas parte de África ainda estava sob domínio colonial.

As políticas de cooperação Sul-Sul evoluíram, sobretudo, a partir do estabelecimento de debates sobre dependência e busca por autonomia, no comércio e desenvolvimento, e ganharam destaque quando normas, regras e agendas começaram a ser construídas, principalmente com o Plano de Ação de Buenos Aires, de 1978 (UNITED NATIONS, 1978). Assim, o período histórico da institucionalização da CSS foi marcado por profícuos debates sobre as dimensões interna e externa do desenvolvimento, criando mais visibilidade para as iniciativas Sul-Sul nas relações internacionais.

Contudo, foi apenas no início do século XXI que a CSS ganhou expressão em termos de recursos e investimentos (BESHARATI; MCFEELY, 2019). Na primeira década do século XXI, o cenário da cooperação para o desenvolvimento mudou drasticamente, sendo que o atual

período é marcado por um amplo processo de intensificação da agenda internacional de desenvolvimento, multiplicação do número de atores e maior alcance geográfico e setorial das políticas de cooperação dos países do Sul Global.

Várias formas de intercâmbio entre países em desenvolvimento têm sido classificadas de CSS. Não há, portanto, visão consensual sobre a forma de operacionalizar a cooperação Sul-Sul (CORREA, 2017). Pode-se dizer que, no caso do Brasil, a CSS caracteriza-se como cooperação técnica com foco no desenvolvimento de capacidades, entendido como “a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento” (ABC, 2013b, p.12).

Cumprir registrar que o Brasil é um dos poucos países do Sul Global que quantificam e publicam dados de cooperação internacional. Em 2010, a pedido da presidência da república estabeleceu-se parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), para instituir o relatório Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI), responsável por coletar, mensurar, analisar e publicar os dispêndios do governo federal (administração pública direta e indireta do poder Executivo) no campo da cooperação internacional (BRASIL, 2010), tendo publicado seis relatórios entre 2010 e 2020. Em largos traços, o Brasil atua no campo da CID por meio de contribuições a organismos internacionais e integralização de capital em bancos de desenvolvimento, cooperação técnica em múltiplos setores (administração pública, agricultura, educação, saúde pública) e cooperação humanitária. Em sua maioria, os destinos da cooperação brasileira são países em desenvolvimento. Moçambique tem sido um dos principais destinos da cooperação brasileira desde 2010.

O artigo tem por objetivo examinar o lugar de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional entre 2005-2020 e refletir o porquê de o país africano ter-se tornado um dos principais destinos da cooperação do Brasil. A pergunta que orienta a análise é: qual é o espaço de Moçambique na cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional?

A hipótese de trabalho é que Moçambique figura como um dos principais destinos da cooperação brasileira nas últimas décadas porque houve ação deliberada do governo federal em elegê-lo como uma das prioridades em África. O país africano deve ser considerado como vitrine da presença do Brasil no continente africano e um terreno fértil para a difusão e transferência de políticas públicas brasileiras, sobretudo nos setores da agricultura, educação e saúde pública. As relações bilaterais entre Brasil e Moçambique têm sido construídas,

historicamente, como baseadas na cooperação internacional, instrumentalizando também laços culturais comuns, como a história colonial e a língua portuguesa.

Do ponto de vista do método, recorre-se ao exame dos dados sobre Moçambique no âmbito dos relatórios Cobradi, na base de dados da ABC e uma revisão de literatura sobre a cooperação internacional do Brasil. Na perspectiva teórico-conceitual, compreende-se a cooperação Sul-Sul como permeada por relações de poder e uma modalidade que integra o campo mais amplo da cooperação para o desenvolvimento, universo no qual os atores competem por legitimidade, recursos e reconhecimento (MILANI, 2018). É, ainda, instrumento de política exterior dos governos que a promovem.

O artigo está dividido em três seções. A primeira entra no tema situando cooperação Sul-Sul como cooperação para o desenvolvimento e instrumento de política exterior. Na segunda, abordam-se os aspectos mais gerais da cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: conceitos, modalidades e tipos de gastos. A terceira seção apresenta análise do lugar de Moçambique na cooperação do Brasil nas últimas décadas e reflete sobre a inserção do país africano na estratégia de cooperação do Brasil.

Cooperação Sul-Sul como Instrumento de Política Exterior

Esta seção aborda a CSS como expressão da colaboração e parceria entre países do Sul Global, enfatizando parte de seu processo histórico e sua dimensão na qualidade de instrumento de política exterior. Em largos traços, conforme mencionado, a principal característica da cooperação Sul-Sul é a multiplicidade de experiências, traduzida em diversas agendas, modalidades, sistemas de quantificação, setores prioritários e graus de institucionalização que variam conforme os contextos sócio-históricos nos quais se inserem os governos do Sul. Por isso, a CSS é um termo ainda contestado no âmbito das políticas de cooperação entre países do Sul Global e, embora coexistam múltiplos enquadramentos, não há uma definição única.

A despeito da falta de definição comum, o escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul apresenta um entendimento amplo, compreendendo-a como:

[...] um esforço comum dos povos e países do Sul, nascido de experiências e simpatias compartilhadas, baseado em seus objetivos comuns e solidariedade e guiado pelos princípios de respeito à soberania e propriedade nacional, livre de quaisquer condicionalidades. Operacionalmente, a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento é um processo pelo qual dois ou mais países em desenvolvimento perseguem seus objetivos individuais e/ou compartilhados de capacitação nacional por meio do intercâmbio de conhecimentos, habilidades, recursos e know-how técnico e por meio de ações coletivas

regionais e inter-regionais, incluindo parcerias envolvendo governos, organizações regionais, sociedade civil, academia e setor privado, para benefício individual e/ou mútuo dentro e entre as regiões. A cooperação Sul-Sul não é um substituto, mas um complemento da cooperação Norte-Sul (UNITED NATIONS, 2023).

Cumprir registrar, contudo, que as concepções sobre CSS e modos de cooperar da ONU não são consensuais, nem devem ser consideradas como válidas para todos os países. Isso porque, no universo da CID, as preferências domésticas divergem dos interesses das agências multilaterais e o multilateralismo da cooperação para o desenvolvimento não torna o ato de cooperar menos impregnado de relações de poder. Cabe lembrar, portanto, que organizações multilaterais são instituições fundamentais dos interesses das grandes potências.

Um outro entendimento da CSS, fornecido por Buss e Ferreira (2012), enfatiza o “processo de interação econômica, social, comercial ou de outra natureza, que se estabelece (idealmente) com vantagens mútuas entre parceiros de países em desenvolvimento, geralmente localizados no hemisfério sul” (BUSS; FERREIRA, 2012, p.106-107). Nota-se, portanto, o destaque do processo de trocas de conhecimentos, políticas públicas e mesmo intercâmbio comercial entre países em desenvolvimento. Destacam-se, ainda, três dimensões conceituais que determinam a condução da CSS: (i) a dimensão política, que promove espaços autônomos, com habilidade de elevar o poder negociador dos países; (ii) a dimensão técnica, na qual os países adquirem capacidades a partir da cooperação realizada e (iii) a dimensão econômica, realizada no âmbito comercial, financeiro e de investimentos entre países em desenvolvimento (AYLLÓN, 2014).

A emergência da CSS enquanto modalidade de relacionamento entre países em desenvolvimento ocorreu no contexto de mudanças nas relações políticas e econômicas internacionais ao longo da segunda metade do século XX (TARP; RAVNKILDE, 2015). O processo histórico das descolonizações afro-asiáticas permitiu que um grande número de Estados, muitos deles recém-independentes, participasse dos assuntos internacionais em um momento em que as instituições do sistema internacional eram dominadas pelos Estados industrializados, do Norte Global. Como resultado, os países do Sul construíram política e economicamente suas próprias instituições e tipos de cooperação, incluindo cooperação técnica, integração regional, perdão de dívida externa e outros fluxos de recursos entre esses países.

A CSS, junto com a cooperação Norte-Sul, representa o campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), sendo historicamente constituída por debates que têm origem na Conferência Afro-Asiática de Bandung de 1955, no Movimento dos Países Não Alinhados (MNOAL) em 1961 e na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e

Desenvolvimento (UNCTAD) em 1964, e ainda nas propostas de criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) em 1974 (DOMINGUEZ, 2019; ESTEVES; ASSUNÇÃO, 2014).

Vale registrar que, um ano antes de Bandung, na Conferência das Cinco Nações, em 1954, em Colombo (atual Sri Lanka), estabeleceram-se cinco princípios da coexistência pacífica (ROTHERMUND, 2016) e os primeiros-ministros de Ceilão, Indonésia, Birmânia, Índia e Paquistão, que discutiram problemas de conflito e cooperação no continente asiático, decidiram convocar a Conferência Afro-Asiática para o ano seguinte. Os cinco princípios da coexistência pacífica eram: i) respeito mútuo e soberania; ii) não agressão mútua; iii) não ingerência mútua; iv) igualdade e benefícios mútuos; e v) coexistência pacífica.

Os cinco princípios foram debatidos em Bandung e serviram como base para criar o Movimento dos Países Não-Alinhados. Para Acharya (2016), o “espírito de Bandung” não se pode entender sem a autonomia crescente da China em relação à União Soviética. A concepção de autonomia está refletida no Comunicado Final da Conferência de Bandung, em seus dez princípios (Milani, 2014, p.61). O tema central da Conferência foi a cooperação econômica baseada em benefícios mútuos orientada a apoiar os esforços domésticos de cada país para construir economias nacionais independentes. De esse processo inédito de concertação de países em desenvolvimento, surge uma maneira muito particular de cooperar.

Se nos anos 1950 e 1960 CSS era mais um discurso que uma prática devido às faltas de condições, agora ela é um dado importante da cooperação internacional. Nesse sentido, a CSS não é nova. Nos anos 1970, ficou conhecida como Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (UNITED NATIONS, 1978). O que é novo, entretanto, é a importância atribuída aos países do Sul na promoção do desenvolvimento em escala global no início do século XXI, como China, Índia e, em menor grau, o Brasil, Turquia, Indonésia e outros (AYLLÓN, 2014; CORREA, 2010).

Convém considerar que, como uma herança da Guerra Fria, a cooperação internacional transformou-se em instrumento de política exterior, isto é, a cooperação enquanto mecanismo que os governos nacionais usam para orientar suas interações e relações diplomáticas com outros países (SOTILLO, 2011). Esse problema encerra particular interesse porque a compreensão da CID, seja Norte-Sul ou Sul-Sul, como complemento da política exterior significa sua articulação com os interesses nacionais dos países que a promovem, e não como uma política centrada nos benefícios para populações carentes.

Portanto, a cooperação internacional sempre foi um componente importante da formulação e implementação de políticas exteriores. Os países desenvolvidos, por exemplo, usam o poder econômico para alcançar objetivos de política externa. Como tal, instrumentalizam a cooperação para promover relacionamentos do tipo cliente-patrono. Países em desenvolvimento, da mesma forma, recorrem à cooperação para promover objetivos de política exterior, como abrir ou integrar mercados e acessar recursos, conduzir de negócios, angariar apoio às votações em organismos internacionais, alcançar prestígio, buscar estabilidade e segurança na política internacional, preservar balança de poder etc.

Nesse sentido, para Morgenthau (1962, p.301), a cooperação internacional está dentre as “reais inovações que a era moderna introduziu na prática da política externa”. Para Caruncho (2011) é possível pensar em três modelos de relação entre a política externa e a política de cooperação. O primeiro modelo é o da política de cooperação como instrumento da política externa, no qual a cooperação está a serviço da promoção dos objetivos e interesses de política exterior. O principal caso é o dos Estados Unidos e sua política de cooperação orientada pelos interesses estratégicos do Departamento de Estado, que acaba por colocar um elevado grau de condicionalidade. O segundo modelo é o da política de cooperação como um elemento, dentre outros, que define a política externa. Há certo grau de autonomia relativa de não subordinação aos interesses estratégicos e a política de cooperação é procedente dos objetivos de desenvolvimento do parceiro. O Brasil seria tributário deste modelo. O terceiro modelo é o da política de cooperação internacional que influencia outras políticas nacionais transformando-se em uma política de desenvolvimento internacional. Seria um nível mais alto e comprometido com a cooperação, no sentido de abordar de forma abrangente o desenvolvimento internacional e de ser coerente na medida em que outras políticas públicas de um país doador não prejudiquem o desenvolvimento de outros países (por exemplo, subsídios agrícolas).

No caso do Brasil, a relação entre CSS e política exterior tem a ver com dois fatores chave. O primeiro é a concepção de cooperação internacional como política que se desenvolve na medida em que o país tem autonomia no sistema internacional (LIMA, 2018). Em segundo, o processo de desenvolvimento interno, que confere legitimidade à transferência e difusão de políticas públicas e outros intercâmbios com países do Sul, consolidando-se a posição do Brasil como um Estado com capacidade para contribuir com o desenvolvimento internacional mediante transferência de práticas e políticas públicas bem-sucedidas no âmbito doméstico (OLIVEIRA et al., 2021).

Para Vaz & Inoue (2008) a cooperação brasileira é usada como instrumento de política externa com o objetivo de fortalecer a liderança e abrir mercados no Sul Global. Nesse sentido

a cooperação poderia ser entendida como uma expressão do poder do Brasil. Por outro lado, uma das principais características da cooperação do Brasil é que ela é orientada por demanda, no sentido de que é uma demanda solicitada por países “parceiros” que procuram o Brasil por meio dos canais diplomáticos apropriados e sugerem o estabelecimento de atividades, projetos ou programas de cooperação em setores de seu interesse.

No processo de cooperação, a ABC se restringe a financiar os custos das viagens, enquanto as instituições técnicas envolvidas são responsáveis pela execução das atividades. O fato de a ABC estar vinculada ao Ministério das Relações Exteriores a torna, ao invés de uma agência independente, quase um “departamento do Itamaraty”.

Assim, de acordo com Almeida e Kraychete (2013):

É no governo do presidente Lula da Silva, no entanto, que o estreitamento das relações com os países do Sul colabora decisivamente para que a cooperação técnica entre países em desenvolvimento fosse evidenciada e, conseqüentemente, a ABC melhor estruturada. O novo posicionamento da diplomacia brasileira acaba por refletir uma nova configuração da política mundial, favorecida, em grande parte, por fatores internos como a estabilização econômica e política (ALMEIDA e KRAYCHETE, 2013, p.14).

Em suma todos os esforços de cooperação internacional, sejam no Sul ou no Norte, são operacionalizados em contextos institucionais, que podem ou não promover determinadas modalidades de cooperação, supostamente baseada nos interesses dos atores envolvidos (no caso do Brasil, a ABC). Na ausência de definições comuns no âmbito da CSS, os governos nacionais são responsáveis por conduzir seus processos de institucionalização sem modelos internacionalmente reconhecidos.

A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional

Nesta seção caracteriza-se a CSS do Brasil a partir de discussão conceitual sobre as modalidades, setores e tipos de gastos que representam a experiência brasileira. Em termos de atuação, a cooperação do Brasil parte da premissa de que, mesmo no Sul Global, os países ocupam diferentes estágios de desenvolvimento, mas que, esses mesmos países têm “trajetórias comparáveis em termos de desenvolvimento e experimentaram problemas similares em termos econômicos e sociais” (BRASIL, 2022, p.39).

No contexto brasileiro, a cooperação internacional (termo genérico) é definida pela ABC (2013, p.12) como “cooperação técnica Sul-Sul”. A dimensão Sul-Sul é a categoria central

para compreender a articulação conceitual em torno da cooperação internacional do Brasil. De acordo com Manual de Gestão da ABC, a cooperação técnica Sul-Sul:

[...] é entendida como o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes. A ideia é compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico (ABC, 2013, p.13).

Para o governo brasileiro a cooperação é uma opção estratégica de parceria com outros governos, um mecanismo para impactar positivamente as populações que “consiste na transferência de conhecimentos técnicos, por meio de consultorias, treinamentos, doação de equipamentos e materiais, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia dos parceiros envolvidos” (BRASIL, 2010). Os princípios que guiam a cooperação sul-sul do Brasil são:

[...] a solidariedade; a construção de parcerias igualitárias e horizontais; a não condicionalidade; o respeito à diferença e à autonomia das organizações; o compartilhamento das responsabilidades; a possibilidade de internalização e manutenção, pelos países beneficiários, das ações iniciadas; a flexibilização e a harmonização dos procedimentos de gestão; a associação de diferentes instituições, de capacidades técnicas e de *expertises* entre os parceiros; e o tratamento não comercial da cooperação prestada (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010, p.1).

Na perspectiva das modalidades, a cooperação é definida pela ABC (2013, p.13) como (i) bilateral, realizada entre dois governos, na qual os parceiros são países em desenvolvimento, (ii) trilateral, definida pelo número de três ou mais atores, dividida em cooperação com países em desenvolvimento, com país desenvolvido ou com organismo internacional, (iii) multilateral, que ocorre no marco da colaboração com organismos internacionais, sejam eles regionais ou inter-regionais, e (iv) cooperação descentralizada, executada por entes subnacionais do Estado brasileiro e de países em desenvolvimento ou desenvolvidos. Destaca-se, ainda, a cooperação humanitária, regida por mandato específico, estabelecido no âmbito da Coordenação Geral de Cooperação Humanitária (CGCH) da ABC.

A cooperação técnica do Brasil é executada por meio de “eixos” ou “setores” que definem um ramo específico de atividades, sendo os principais eixos as contribuições aos organismos internacionais, concessão de bolsas de estudo, cooperação científica & tecnológica, saúde pública, agricultura, apoio interno a refugiados e solicitantes de refúgio e missões de paz. A ABC (2020, p.8) identifica nove diretrizes para a elaborar ações, projetos ou programas de cooperação, no sentido de estabelecer as linhas básicas sobre as quais se projeta a atuação do governo federal, desde o “alinhamento às prioridades nacionais de desenvolvimento” dos países

parceiros, à manutenção de “relação horizontal com o parceiro, formulação conjunta de estratégias de cooperação e dos programas e de projetos delas derivados”, entre outras.

As atividades, projetos e programas de cooperação internacional são instrumentos da política exterior do Brasil e, portanto, apoiam estrategicamente o processo de inserção internacional do país. A trajetória da institucionalização da CSS do Brasil se desenvolve no âmbito do fortalecimento da política externa e da renovação do caráter universalista da inserção internacional no início do século XXI (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

Na perspectiva dos gastos, no caso brasileiro predomina, em primeiro lugar, a contribuição aos organismos internacionais. Essa contribuição é separada da cooperação técnica porque esses aportes têm o objetivo de subsidiar os gastos administrativos e a manutenção e operação das organizações, e tem constituído mais de $\frac{3}{4}$ dos recursos do governo federal empregados na cooperação para o desenvolvimento. A título de exemplo, no relatório Cobradi 2019-2020, 94% dos gastos do biênio foram realizados nesse âmbito, sendo organismos internacionais as agências multilaterais, fundos e bancos de desenvolvimento, tribunais internacionais e ainda operações de manutenção da paz (BRASIL, 2022).

Em seguida, o restante dos recursos é geralmente empregado na cooperação técnica, principal modalidade da CSS brasileira, sobretudo no formato bilateral (governo-governo) e, sendo a maior parte das atividades, programas e projetos sob coordenação da ABC. Essa cooperação técnica é Sul-Sul, porque é implementada entre o Brasil e outros países em desenvolvimento. Seu foco, conforme já mencionado, é o desenvolvimento de capacidades.

Além da cooperação técnica, o Brasil tem atuação em matéria de cooperação humanitária, sendo implementada por meio das diretrizes da CGCH. Para Regnier (2011), a função da cooperação humanitária é maximizar o apoio aos programas e operações, assim como a construção de parcerias necessárias para que objetivos humanitários sejam cumpridos, especialmente os de salvar vidas. No caso brasileiro, a cooperação humanitária ocorre mediante de doações, sobretudo de alimentos e medicamentos e outros itens de primeira necessidade e também em respostas emergenciais no âmbito de crises humanitárias, como conflitos armados, desastres naturais, violações de direitos humanos (BRASIL, 2022).

Uma das particularidades do caso brasileiro é que os recursos orçamentários públicos destinados à cooperação internacional não podem ser definidos como doações, contrapartidas financeiras ou subvenções, como no caso da OCDE e sua Assistência Oficial ao Desenvolvimento, porque o Brasil não é um doador líquido de capitais, e seus recursos apoiam

e financiam atividades, projetos ou programas de cooperação técnica, com objeto específico e não podem constituir transferências de recursos da União para outro país. Não há, portanto, transferência de capital para outros governos, de tal modo que o país não participa da chamada cooperação financeira.

Os gastos do governo federal na cooperação referem-se, portanto, ao pagamento de diárias e passagens, horas técnicas de trabalho de servidores, doações de alimentos, bolsas de estudos, financiamento de pesquisas, realização de encontros e seminários, aquisição de materiais e equipamentos, melhorias em instalações físicas e ainda os custos administrativos de tais atividades.

Vale registrar que a quantificação dos gastos da cooperação internacional do Brasil realizados pelo IPEA em parceria com a ABC apresentam série histórica de dispêndios entre 2005 e 2020. Os relatórios abrangem os seguintes períodos: (a) 2005-2009, publicado em 2010, (b) 2010, publicado em 2013, (c) 2011-2013, publicado em 2017, (d) 2014-2016, publicado em 2018, (e) 2017-2018, publicado em 2020 e (f) 2019-2020, publicado em 2022. Não há, portanto, regularidade temporal na publicação dos relatórios.

Embora todos os relatórios tenham foco exclusivo na atuação do governo federal e o processo de coleta dos dados seja muito semelhante, a metodologia tem sido diferente, representando aperfeiçoamento do processo e aumento constante no universo das variáveis mensuradas. Isso significa que, apesar de série histórica com gastos para cada ano entre o período indicado, esses valores não são comparáveis entre si e representam apenas uma estimativa, não sendo o COBRADI um censo da cooperação internacional do Brasil.

O Lugar de Moçambique na Cooperação Brasileira

Desde 2005, Moçambique figura como um dos principais destinos da cooperação brasileira. Os dois países mantêm relações bilaterais desde 1975, ano em que o governo brasileiro reconheceu a independência do país africano. Desde então, segundo Barrios Díaz (2016), ambos os países mantêm uma agenda bilateral baseada na promoção da cooperação técnica. O reconhecimento da independência de Moçambique foi um marco para a diplomacia brasileira, que universalizou suas relações internacionais a partir do continente africano, sobretudo com o apoio das ex-colônias portuguesas em África. O objetivo desta seção é examinar o lugar de Moçambique na Cobradi entre 2005-2020.

O fato de Moçambique ser um dos principais destinos da cooperação brasileira tem a ver com a prioridade concebida, no âmbito da formulação da política exterior do Brasil, aos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOPS), que também são membros da Comunidade

de Países de Língua Portuguesa (MILANI et al, 2015). Moçambique está inserido em contextos que interessam ao Brasil: foi, junto com Angola, na década de 1960 e 1970, o bastião da luta anticolonial no continente africano e é um Estado pivô nos processos de integração da África Austral, desde sua participação nos Estados de Linha de Frente, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês) e, no âmbito continental, na União Africana.

Ademais, vale registrar que, entre 1992 e 1994, o governo brasileiro participou da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), missão de paz cujo objetivo foi implementar o Acordo Geral de Paz, incluindo monitorar o cessar fogo, a retirada e desmobilização de tropas e a verificação do primeiro processo eleitoral democrático que colimou nas eleições multipartidárias de 1994 (ALDEN, 1995). A ONUMOZ foi importante porque deu um fim a uma guerra civil que durou 17 anos e antagonizou a Frente Nacional de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que lutou a guerra de libertação nacional contra Portugal e conquistou a independência, e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), movimento de guerrilha que obteve apoio da África do Sul e dos Estados Unidos.

Entrando na análise de Moçambique na cooperação brasileira, no período 2005-2009, Moçambique era, com os outros PALOPS, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, um destino chave da cooperação brasileira em África. Junto com Timor Leste, ou seja, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), receberam mais de R\$ 8 milhões, equivalente a 8% dos recursos empregados na cooperação técnica (BRASIL, 2010). A propósito, registra-se que nesse relatório não constam registros individuais para os PALOP.

Moçambique tem sido um destino tão importante da cooperação do Brasil, que foi o país que recebeu, em 2008, o primeiro escritório internacional da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), inaugurado em Maputo, cujo objetivo era fortalecer as ações de cooperação internacional com Moçambique e com todo o continente africano, oferecendo cursos de pós-graduação, capacitações e implantar um sistema de saúde universal, dentre outros (MATHIAS, 2008). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) abriu escritório em Moçambique nesse mesmo ano para ampliar o processo de transferência de tecnologias agrícolas para Moçambique e outros países africanos, também em 2008. Esses dois movimentos demonstram a importância concedida ao governo de Maputo pela diplomacia brasileira.

Um programa de cooperação que merece atenção especial é o Programa de Cooperação de Desenvolvimento Agrícola da Savana (Pro Savana), um mecanismo de cooperação agrícola

trilateral bastante criticado pelas populações envolvidas e por movimentos sociais de distintos países, lançado em 2009. Foi um desdobramento das relações entre Brasil e Japão, cujo marco jurídico é o Japan-Brazil Partnership Program de 2000, que inclui cooperação com o hospital Josina Machel em Luanda e treinamento de países da Pan-Amazônia em sistemas agroflorestais.

O Prosavana compreende a execução de projetos de cooperação técnica ao mesmo tempo em que promove interesses do agronegócio brasileiro no país. Determinou-se que Moçambique seria o beneficiário da parceria entre Brasil e Japão em maio de 2009, a partir de uma missão do Ministério de Agricultura de Moçambique ao Brasil para conhecer o modelo de desenvolvimento agrícola do cerrado, bioma similar à savana. Em setembro do mesmo ano uma missão ABC-JICA apresentou o programa ao governo de Maputo, dando lugar ao memorando de entendimento que criou o programa nesse ano (FINGERMANN, 2015, p.135).

Em linhas gerais, a meta do Prosavana é exportar o modelo do agronegócio brasileiro e "modernizar" a agricultura do Corredor de Nacala. Está fundamentado no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), um programa de cooperação internacional entre Brasil e Japão de 1974 que visava produzir commodities para exportação. Em Moçambique, o Programa está articulado ao "Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Setor Agrário 2011-2020". Para os governos envolvidos o objetivo do Programa é melhorar a vida dos habitantes do corredor de Nacala, através do desenvolvimento agrícola e regional inclusivo e sustentável (ROSSI, 2015). Essa suposição não é, entretanto, aceita por todos os moçambicanos e moçambicanas.

Em 2010, Moçambique era o terceiro país do continente africano a receber mais recursos do Brasil, com uma proporção de 13,3% dos recursos, ou R\$ 8.625.830 para esse continente, seguido de Guiné Bissau e Cabo Verde (BRASIL, 2013). Dentre as principais atividades de cooperação, o Brasil recebeu 33 estudantes moçambicanos do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e 17 do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação PEC-PG, voltados para a concessão de bolsas de estudos a estudantes de países em desenvolvimento em Instituições de Ensino Superior do Brasil, com apoio do Ministério da Educação, via a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Ministério das Relações Exteriores.

A CAPES também apoia o Programa de Mestrado em Saúde Pública com Moçambique e Angola, que teve início em 2009, em parceria com a Fiocruz, no escopo de seus Programas de Pós-graduação em Biologia Parasitária, Medicina Tropical, Biologia Celular e Molecular, e Ensino em Biociências e Saúde. O objetivo da cooperação é apoiar a estruturação da pesquisa

clínica, epidemiológica e laboratorial. Pressupõe-se que os estudantes vão Brasil para estágio em nível de mestrado sanduíche na FIOCRUZ, com financiamento da CAPES.

Cabe referir que, em 2010, Moçambique foi o terceiro destino da cooperação internacional do Brasil em África, com 13,3% dos gastos totais (tendo recebido pouco mais de R\$ 8.5 milhões no ano) atrás apenas de Guiné Bissau e Cabo Verde, com 21,2% e 24,4% dos gastos no continente respectivamente (BRASIL, 2013).

No período 2011-2013, Moçambique tornou-se efetivamente o primeiro destino da cooperação internacional do Brasil, com mais de R\$ 19.5 milhões, mais do que o dobro do segundo colocado, São Tomé e Príncipe (BRASIL, 2017). A cooperação brasileira abrangeu áreas tão diversas quanto desenvolvimento urbano, agricultura (cottonicultura, horticultura, irrigação, gado, pesquisa agrícola), segurança alimentar, saúde pública (bancos de leite humano, saúde materna, tele saúde, gestão de tuberculoses, recursos humanos em saúde, instalação de fábrica de antirretroviral), ciência e tecnologia, educação e ainda, no âmbito da cooperação humanitária, doações de arroz e feijão.

A cooperação brasileira em pesquisa agropecuária com Moçambique foi organizada em quatro grandes iniciativas nas seguintes áreas: i) pesquisa e transferência de tecnologia para o desenvolvimento da agricultura; ii) nutrição e segurança alimentar; iii) apoio técnico à Plataforma de Inovação Agrícola e; iv) desenvolvimento do setor algodoeiro.

Entre 2014-2016, o Brasil cooperou com 53 países em mais de 400 iniciativas de cooperação técnica, coordenadas pela ABC. De maneira geral, neste período, a atuação concentrou-se no continente africano e na região da América Latina. Moçambique foi, mais uma vez, o principal destino da cooperação técnica brasileira, com uma participação de 17%, ou quase R\$ 62 milhões, no total da cooperação do Brasil. Em suma, os gastos em Moçambique se concentram no âmbito das atividades da Embrapa, pela disseminação de conhecimento técnico no campo da agricultura, e do MEC, com o PEC-G e PEC-PG, com 40 e 315 bolsistas, respectivamente. Essa busca de parcerias, pelo Brasil, é perseguida mediante o desenvolvimento conjunto de recursos humanos (desenvolvimento de capacidades) e oportunidades educacionais. O país africano ainda concentrou 86% dos gastos totais do governo federal com diárias e passagens (BRASIL, 2018).

No biênio 2017-2018, o governo brasileiro apoiou a estruturação de mecanismos para fortalecer governança em segurança alimentar e nutricional, no aperfeiçoamento do combate à desnutrição infantil, na formação de quadros técnicos em múltiplos setores (controle de câncer,

qualidade de antirretrovirais). Foram selecionados 5 estudantes para o PEC-G e 109 para o PEC-PG. O país africano continuou como primeiro destino da cooperação internacional do Brasil, com uma participação de 11,5% nos gastos totais (BRASIL, 2020).

Finalmente, no período 2019-2020, Moçambique apareceu como terceiro destino da cooperação do Brasil, antes de Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, respectivamente. No entanto, foi o país que mais recebeu projetos de cooperação do Brasil, com 24 projetos realizados no biênio. Suriname foi o segundo país nesta categoria, com 17 (BRASIL, 2020). Além disso, Moçambique foi o país que mais teve estudantes beneficiados com a bolsa do PEC-PG, com oito bolsas, e dispêndio de R\$ 2,1 milhões no biênio, correspondendo a 57% dos gastos do PEC-PG.

Em 2019, Moçambique, que foi atingido, no centro e no norte, pelos ciclones tropicais Idoi e Kenneth, declarou estado de emergência devido aos efeitos negativos causados pelo ciclone. O Brasil, em resposta a esse desastre ambiental, enviou bombeiros militares da Força Nacional de Segurança Pública e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais para atuarem na cidade de Beira. Também enviou medicamentos e alimentos para apoiar a população carente e desalojada. Nesse período, foi o segundo país que recebeu mais ações de cooperação humanitária do Brasil, atrás apenas do Paraguai (BRASIL, 2022).

Em suma, a carteira de projetos de cooperação com esse país tem sido ampla, com execução de projetos nas áreas de administração pública, agricultura, defesa, desenvolvimento social, educação, justiça e saúde, entre outros. Nesse sentido, a cooperação internacional brasileira em África não é fortuita. Dá análise do lugar de Moçambique na cooperação brasileira entre 2005 e 2020 ressalta-se a promoção contínua intensiva de cooperação e que Moçambique está inserido em múltiplos contextos de interesses para o Brasil. A contribuição desta tese foi artigo uma agenda bilateral de duas décadas em termos de caracterizar, a partir de dados sobre gastos públicos do Brasil, uma das agendas mais profícuas de cooperação do país.

Considerações Finais

Este artigo apontou o lugar de Moçambique na cooperação internacional do Brasil entre 2005-2020. Em primeiro lugar, enquadrou a cooperação Sul-Sul como cooperação para o desenvolvimento e instrumento de política exterior. Procurou-se evidenciar o processo histórico de constituição da CSS, alguns de seus principais marcos e, sobretudo, sua diferença com a cooperação Norte-Sul.

Em seguida, a análise voltou-se para a caracterização da cooperação internacional do Brasil em termos de suas modalidades, setores e tipos de gastos. O trabalho ofereceu

interpretação para entender a COBRADI como instrumento de política exterior e de afirmação de projeto de poder do país.

Na sequência, o trabalho ofereceu análise do lugar de Moçambique na cooperação do Brasil. O país africano está dentre os principais destinos da cooperação brasileira há duas décadas. A carteira de projetos é extensa, mas a agricultura, educação (concessão de bolsas) e saúde pública tem sido os setores prioritários. Moçambique ainda é um dos principais destinos da cooperação humanitária. Finalmente, tratou-se de evidenciar os principais gastos do governo federal nas atividades, projetos e programas de cooperação técnica com Moçambique.

Bibliografia

ACHARYA, Acharya. Studying the Bandung conference from a Global IR perspective. **Australian Journal of International Affairs**, v. 70, n. p. 342–357, 2016.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul da Agência Brasileira de Cooperação ABC**: Brasília, 2013, disponível em <http://www.abc.gov.br/impressa/mostrarConteudo/691>, acesso em 15/06/2023.

_____. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. Ministério das Relações Exteriores, 5ª ed., Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2020.

ALDEN, C. The UN and the Resolution of Conflict in Mozambique. **The Journal of Modern African Studies**, v.33, n.1, p.102-125, 1995.

ALMEIDA, Elga.; KRAYCHETE, Elsa. O discurso brasileiro para a cooperação em Moçambique: existe ajuda desinteressada? **Astrolabio**, n.10, p.1-34, 2013.

AYLLÓN, Bruno. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul. In: MELLO e SOUZA (org.). **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. Brasília: IPEA, 2014, p.57-88.

BESHERATI, Neissan; MACFEELY, Steve. Defining and quantifying South-South cooperation. UNCTAD Research Paper n.30, 2019. Disponível em https://unctad.org/system/files/official-document/ser-rp-2019d2_en.pdf, acesso em 15/06/2023.

BARRIOS DÍAZ, J. A. S. O Brasil e o acender das luzes das independências de Angola e Moçambique (1974-1975). **Carta Internacional**, v. 11, n. 3, p.149-171, 2016.

BRASIL - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA; AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO - ABC. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009**. Brasília: Ipea; ABC, 2010.

_____; _____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010**. Brasília: Ipea; ABC, 2013.

_____; _____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011-2013.** Brasília: IPEA; ABC, 2016.

_____; _____. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014-2016.** Brasília: IPEA; ABC, 2018.

BRASIL - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Dimensionamento de gastos das instituições da Administração Pública Federal na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional: 2017-2018** Brasília: IPEA, 2020.

_____. **Cooperação Internacional em Tempos de Pandemia: 2019-2020** Brasília: IPEA, 2022.

BUSS, P. M. & FERREIRA, J.R. **A Diplomacia da Saúde e Cooperação Sul-Sul: As experiências da UNASUL Saúde e do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP.** RECIIS, v.4, n. 1, p.106-118, 2010.

CARUNCHO, Manuel de La Iglesia. **Política Exterior y Política de Cooperación: Amistades Peligrosas?** Fundación Carolina: 2011.

CORREA, Márcio. **Prática Comentada da Cooperação Internacional: Entre a Hegemonia e a Busca de Autonomia.** Edição do autor: Brasília, 2010.

_____. **Quantification of South-South cooperation and its implications to the foreign policy of developing countries.** Policy Brief n.41. Geneva: South Center, 2017. Disponível em https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2017/07/PB41_Quantification-of-South-South-cooperation-and-its-implications-to-the-foreign-policy-of-developing-countries_EN.pdf, acesso em 15/062023.

DOMINGUEZ, Rafael Martín. La constelación del Sur: La cooperación Sur-Sur en el cuarente aniversario del Plan de Acción de Buenos Aires. In: DOMINGUEZ, Rafael Martín et al (ed.). **La constelación del Sur: Lecturas histórico-críticas de la cooperación Sur-Sur.** Universidad de Cantabria: Editorial UC, 2019, p.13-134.

ESTEVES, Paulo; ASSUNÇÃO, M. **South-South cooperation and the international development battlefield: between the OECD and the UN.** *Third World Quarterly*, v. 35, n. 10, p.1775-1790, 2014.

FINCKENSTEIN, Valentina. How International Aid Can do More Harm than Good. The Case of Lebanon. **LSE IDEAS**, Strategic Update, 2021.

FINGERMANN, Natalia Noschese. **A cooperação trilateral brasileira em Moçambique. Um estudo comparado: o ProALIMENTOS e o ProSavana.** Tese (Doutorado em Administração), Fundação Getúlio Vargas, FGV, SP, 2014.

KEOHANE. Robert. **After Hegemony. Cooperation and discord in the world political economy.** Princeton: Princeton University Press, 1984.

KENNY, Charlie. Official Development Assistance, Global Public Goods, and Implications for Climate Finance. **Center for Global Development**, 2020.

LIMA, Maria Regina Soares. **A agência da Política Externa Brasileira: uma análise preliminar.** In: Desiderá Neto, W.A. et al. (orgs.) **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008.** Brasília: Ipea; Funag, 2018, 39-58.

MATHIAS, Maíra. “Primeira Unidade Internacional da Fiocruz é Inaugurada. Disponível em 2018 <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/primeira-unidade-internacional-da-fiocruz-e-inaugurada>, acesso em 20/06/2023.

MILANI, Carlos R. S. Evolução Histórica da Cooperação Norte-Sul. In: MELLO e SOUZA. **Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.** Brasília: IPEA, 2014, p.33-58.

MILANI, Carlos R. S. et al. **Atlas da Política Externa Brasileira.** Clacso: EdueRJ, 2015.

MILANI, Carlos R.S. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento.** Curitiba: Appris, 2018.

MILNER, H. International Theories of Cooperation Among Nations: Strengths and Weaknesses. **World Politics**, v.44, p.466-496, 1992.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Balço da Cooperação Internacional.** Cooperação Bilateral Prestada. Brasília: 2010.

MORGENTHAU, Hans J. A Political Theory of Foreign Aid. **The American Political Science Review**, v. 56, n.2, p. 301-309, 1962.

NATSIOS, A. Foreign Aid in an Era of Great Power Competition. **PRISM**, v.8, n.4, p. 100-119, 2020.

OLIVEIRA, O.P. et al. Introduction. Latin American Public Policies: from Import to Export. In: OLIVEIRA, O. P. et al. (ed.) **Latin America and Policy Diffusion: from import to export.** New York and London: Routledge, 2021 pp. 1-24.

SOTILLO, José Angel. **El Sistema de Cooperación para el Desarrollo: Actores, Formas y Procesos.** Catarata: Universidad Complutense de Madri, Instituto Universtario de Desarrollo y Cooperación, 2011.

REGNIER, Philippe. The emerging concept of humanitarian diplomacy: identification of a community of practice and prospects for International recognition. **International Review of the Red Cross**, v. 93, n. 884, p.1211-1237, 2011.

RIDDELL, Roger C. **Does Foreign Aid Really Work?** Oxford: Oxford University Press, 2007.

RIST, Gilbert. **The History of Development: From Western Origins to Global Faith.** Zed Books: London & New York, 2008.

ROSSI, AMANDA. **Moçambique, o Brasil é aqui.** São Paulo: Record, 2015.

ROTHERMUND, D. **The Routledge Companion to Decolonization**. London and New York: Routledge, 2006.

TARP, Kristoffer N.; RAVNKILDE, Signe Marie. **Addressing the Dilemmas in South-South Cooperation**. Danish Institute for International Studies. Report of the Secretary-General on the state of South-South cooperation 2015. Disponível em: https://www.files.ethz.ch/isn/193920/South_south_final_for_web.pdf, acesso em 15/06/2023.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on Technical Cooperation among Developing Countries**. Buenos Aires: United Nations, 1978. Disponível em <https://unsouthsouth.org/bapa40/documents/buenos-aires-plan-of-action/>, acesso em 15/06/2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON SOUTH COOPERATION. **About South-South and Triangular Cooperation**, 2023. Disponível em <https://www.unsouthsouth.org/about/about-sstc/>, acesso em 18/06/2023.

VAZ, Alcides & INOUE, Cristina Y. Emerging Donors in International Development Assistant: The Brazil Case. IN: International Development Research Center. **The Cases of Brazil, China, India and South Africa**, 2008.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, p. 273-335, 2007.